

A HISTÓRIA FEITA POR NÃO HISTORIADORES: LEONARDO BOFF INTELLECTUAL PÚBLICO E HISTÓRIA PÚBLICA.

History made by non-historians: Leonardo Boff Public Intellectual and Public History.

Weverton José dos Santos Lima¹

¹Mestrando, Av. Comendador Norberto Marcondes, 733, Campo Mourão/Pr, wevertonlima63@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa tratar sobre os (não)historiadores, ou seja, aqueles profissionais que lidam com usos do passado e da história sem necessariamente serem historiadores de formação. A História Pública como um campo amplo e interdisciplinar da historiografia, neste aspecto, é entendida como ambiente propício para a atuação desses agentes de disseminação da história e das obras que contêm os usos do passado, uma vez que, a história não é propriedade exclusiva dos historiadores.

Neste aspecto, os intelectuais desempenham um importante papel na sociedade como aqueles que falam para amplas audiências e no espaço público, podendo muitas vezes utilizar-se do passado histórico para defender seus pontos de vista e suas ideias. Uma figura importante da década de 80 no Brasil é o intelectual público Leonardo Boff, que será analisado como parâmetro para o desenvolvimento das ideias contidas neste trabalho. Embora seja filósofo e teólogo, Boff escreveu inúmeras obras que estão repletas de usos do passado e impregnadas de história, sobretudo, do cristianismo antigo. Ao longo do texto pretende-se observar e analisar se é possível considerar que o autor “faz” história e qual a relação do que produziu e escreveu com o campo da história pública e divulgação da história para os meios não acadêmicos.

A abordagem é de cunho teórico bibliográfico, fazendo relação de textos publicados por diversos autores que versam sobre história pública e usos do passado com a obra *Igreja: carisma e poder*¹ de Leonardo Boff. Ao longo do trabalho buscou-se entender como esses autores compreendem tais usos e a sua transformação em conhecimento histórico pelos mais diversos integrantes do campo intelectual e como se encaixam no campo específico da *public history*. Entre os autores utilizados se pode citar: Fernando Nicolazzi; Ricardo Santhiago; Jill Liddington Paul Ashton; Hilda Kean; Roy Rosenzweig, entre outros.

O trabalho está organizado da seguinte forma: uma seção voltada para a discussão sobre os materiais e métodos empregados na pesquisa; outra para expor os resultados e as discussões, de forma sucinta; e uma terceira seção contendo as considerações finais.

MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento deste trabalho se deu por meio de análise de bibliografia sobre a temática proposta, buscando problematizar as ideias dos autores estudados com a proposta do

¹ A obra de Leonardo Boff *Igreja: Carisma e Poder*, publicada em 2005 pela editora Record, após 21 anos do silêncio imposto ao autor pela Congregação para Doutrina da Fé do Vaticano, é uma reedição da obra original publicada em 1981 e traz o conteúdo da publicação original sem correções ou acréscimos impostos pela Igreja no processo conduzido pelo cardeal Joseph Ratzinger. O Livro é composto por 13 capítulos de produções escritas por Boff e apêndices contendo os documentos do processo doutrinário e um balanço pessoal do autor.

trabalho, de compreender os usos do passado por não historiadores, e como estes também produzem, de certo modo, história.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A indagação inicial que se pode fazer é “o que é história pública?”. Provavelmente, para os pesquisadores ou demais profissionais que trabalham com esse campo da história, esta pergunta possa parecer um tanto quando insignificante ou até mesmo resultar em uma resposta óbvia. Porém, para muitas pessoas, responder a essa pergunta ainda é um desafio e mola propulsora de emblemáticas discussões.

A autora Jill Liddington buscou trazer à tona essa pergunta e suas possíveis e variadas respostas no seu artigo “O que é História Pública? Os Públicos e seus Passados” publicado no livro *Introdução à História Pública* de 2011. Ao fazer uma reflexão sobre as origens da história pública ela considera que a HP² surgiu nos Estados Unidos na década de 1970 como uma forma de amenizar o desemprego dos historiadores recém formados. A intenção desse movimento “fundador”, ao menos de forma institucionalizada, dessa prática historiográfica, era dar um aspecto “comercial” à História e ao ofício do historiador. O NCPH (Conselho Nacional de História Pública) nos EUA é um exemplo de como a *Public History* se consolidou no país, onde há uma enorme demanda por conteúdos de cunho histórico, seja nos museus, nos espaços públicos, nas bibliotecas, canais de TV ou para empresas privadas (LIDDINGTON, 2011).

Mas este campo da história não é uma prerrogativa exclusiva dos estadunidenses e contém expoentes relevantes em diversos locais do globo. Liddington (2011) ainda cita outros dois países e as suas diferenças de abordagens a respeito da HP, são eles Grã-Bretanha e Austrália. No que diz respeito ao modelo australiano, a autora considera que embora compartilhe com os norte-americanos a ideia de ampliação do mercado de trabalho para os historiadores, os australianos divergem de forma crítica em outros aspectos. Na Austrália a HP foi empregada no princípio como forma de engajamento nas lutas comunitárias em torno de questões identitárias e relações dos nativos e colonizadores. No que diz respeito à abordagem britânica, nos são apresentadas duas vertentes, uma com enfoque no patrimônio e na memória e outra com enfoque autobiográfico, distanciando-se da abordagem dos estadunidenses que não logrou êxito em solo britânico (LIDDINGTON, 2011).

Além dos três países abordados por Liddington, a História Pública já é uma realidade em diversos países e, em 2011, chegou ao Brasil, ao menos de modo institucionalizado por meio da Rede Brasileira de História Pública e, assim como em outras nações, possui o seu próprio estilo, suas potencialidades, discussões e características. “A história pública, provavelmente continuará preservando seu amplo escopo de significados e usos – variando de acordo com a cultura nacional e com o contexto, se é da prática ou da academia” (LIDDINGTON, 2011, p. 50).

Um dos maiores nomes da HP no Brasil é o historiador Ricardo Santhiago, professor da Universidade Federal de São Paulo. Ele considera que o campo em questão enfrentou, e ainda tem enfrentado, no Brasil uma certa “precaução” seguida por um “entusiasmo”. Ao passo que as mídias têm um importante papel de divulgação em massa de informações e conteúdo de cunho histórico, Santhiago aponta que muitas pessoas consideram já fazerem história pública e somente “descobriram” o nome para o seu trabalho desenvolvido, apesar de muitos não entenderem ou discordarem da necessidade de nominar uma prática já existente. Sobre isto o autor considera que:

² HP: Abreviação para História Pública

Outra parte da insistência nessa pergunta – “por que dar um novo nome a uma velha prática” – pode estar vinculada ao caráter polissêmico da expressão *história pública*, que se refere, pelo menos, a três instâncias: a atuação efetiva em história pública, isto é, *fazer* história pública; a reflexão sobre história pública, isto é, *pensar* a história pública; a reunião programada em torno da história pública, isto é, o *campo* da história pública (SANTHIAGO, 2016, p. 25).

Neste aspecto, observa-se que existe uma pluralidade de formas e abordagens da história pública e, além dessas três instâncias de abordagens citadas, Ricardo Santhiago considera a existência de quatro formas de engajamento, sendo elas: história feita *para o público*; história feita *pelo público*; história feita *com o público* e por fim *história e público*. Para o desenvolvimento da ideia que será abordada mais adiante no trabalho, é preciso frisar na história feita para o público, uma vez que analisaremos o papel dos usos da história feita por não historiadores para a divulgação a audiências não acadêmicas (SANTHIAGO, 2016).

Como diria Liddington (2011, p. 50) “[...] a história pública é menos sobre ‘quem’ ou ‘o que’, e muito mais sobre ‘como’”. Neste aspecto é difícil ou até mesmo leviano tentar delimitar drasticamente ou dogmaticamente o que é história pública, levando em consideração a sua pluralidade de significados, abordagens e possibilidades. O que é um fato é a importância e relevância desse campo como um rico espaço de debates e reflexões.

História feita por (não)historiadores e usos do passado.

Para evitar confusões a respeito do título desta seção, é importante destacar qual a pretensão com a expressão “(não)historiadores”. Por esta expressão, a ideia é discorrer sobre os intelectuais, profissionais, pesquisadores e afins que lidam com a produção da história, com os usos do passado e com a divulgação histórica e que não são, necessariamente, provenientes dos cursos de graduação/pós-graduação em história. É sabido que importantes nomes da historiografia brasileira como Sérgio Buarque de Holanda ou Caio Prado Junior não eram formados em história e, mesmo assim, são considerados grandes historiadores e produziram importantes obras com contribuições para o campo historiográfico.

“História não é prerrogativa do historiador, ela é, ao contrário uma forma social de conhecimento, o trabalho numa instância dada, de milhares de mãos diferentes (Samuel apud ASHTON; HILDA, 2009, p. 1)”. Partindo deste ponto de vista os (não)historiadores fazem parte do leque de pessoas que com suas “mãos” contribuem para a produção dessa forma social de conhecimento. Um outro ponto de vista sobre os (não)historiadores, o qual não será amplamente abordado neste trabalho, mas vale a pena mencionar, são os “fazedores populares de história” conforme nos apresenta Roy Rosenzweig (1998). Não se deve incorrer na arrogância de considerar que os não profissionais sejam ignorantes no que diz respeito ao passado.

Considerando que a história não é exclusividade do historiador (aqui entendido como aquele formado em história) mas de “[...] Todos os que são interessados com a interpretação do passado. Sustentando esta compreensão é a noção de que ‘historiadores não possuem a história’, mas são meramente colaboradores[...]” (ASHTON; HILDA, 2009, p. 2). Entende-se que os usos do passado podem acontecer por diferentes profissionais, sendo eles os curadores de museus, intelectuais, jornalistas, sociólogos, teólogos etc.

Roy Rosenzweig no artigo *The presence of the past. Popular Uses of History in American Society*, o autor traz dados importantes sobre uma pesquisa realizada com 1500

estadunidenses sobre a presença do passado em suas atividades cotidianas, sobre este artigo e suas abordagens Ashton e Hilda (2009) consideram que:

O passado e o presente eram agrupados numa análise das maneiras pelas quais as pessoas faziam do passado parte de suas rotinas diárias e voltavam-se para o passado “como uma maneira de enfrentar questões profundas sobre como viver”. As pessoas usavam seus passados, suas descobertas imaginativas para dirigirem-se a questões sobre “relacionamentos, identidade, imortalidade e agencia”. O passado não era entidade distante, insignificante, abstrata, uma personagem-chave de suas vidas presentes (ASHTON; HILDA, 2009, p. 6).

É perceptível que as pessoas têm uma grande demanda pelo passado, elas buscam nele respostas para demandas do tempo presente, assim como os historiadores usam do passado para responder a questões e demandas do presente, sejam elas sociais, políticas, religiosas, familiares etc. O passado e as possibilidades de narrativas são infinitas e possuem importante papel na ofício do historiador, seja ele o de formação ou aquele faz história e contribui com a produção do campo da historiografia.

O passado está presente em tudo ou quase tudo, sejam nas instituições, nos livros, no sistema educacional, na memória, nos monumentos, enfim, em tudo que houve ação humana. Neste prisma de análise, a história pública deve valer-se dos usos do passado a seu favor, pois se não o fizer, outros farão e talvez não com os critérios técnicos e éticos estabelecidos no campo historiográfico. Inúmeras obras de divulgação para amplos públicos estão repletas e impregnadas do passado e muitas vezes esse uso não é com o interesse intencional de produzir uma obra histórica, mas os autores acabam por fazer história (talvez pública?).

Para tentar definir o que seria então um historiador, Fernando Nicolazzi (2017, p.20) diz

[...] ser historiador (ou historiadora) depende de um conjunto bastante complexo e variado de fatores que podem se referir tanto à fabricação de algo, naquele sentido indagado por Michel de Certeau ao se perguntar o que fabrica o historiador quando faz história, quanto aos processos de legitimação que frequentemente são assumidos pelos pares acadêmicos, de que a banca de tese ou o parecer técnico são das formas mais evidentes. Junto a esses dois fatores, é possível considerar ainda, como faz Ohara, que tal definição é igualmente dependente de um processo de construção subjetiva que implica na prática de algumas virtudes epistêmicas, morais e sociais.

Quando, no entanto, a referência é sobre o historiador público talvez seja mais interessante utilizar, assim como Ricardo Santhiago (2016), a expressão: “praticante de história pública”, já que este campo pode abranger pessoas de outros meios e outras áreas, há uma importante e valiosa interdisciplinaridade na HP. Essas pessoas tem habilidade que podem ser utilizadas para o benefício de um público específico ou vários públicos (SANTHIAGO, 2016).

Leonardo Boff, um intelectual público e a divulgação para audiências não acadêmicas.

Leonardo Boff é um sociólogo e teólogo brasileiro, expoente e cofundador da Teologia da Libertação e escreveu diversos ensaios sobre o cristianismo a partir dos pobres. Ao compilar esses ensaios em um único livro surgiu, em 1981, a obra *Igreja: Carisma e Poder* que, em meio à toda repercussão causada por seu conteúdo fez com que o autor, na época pertencente à ordem dos frades menores, fosse submetido a um processo doutrinário na Congregação para Doutrina da Fé, no Vaticano, sobre a liderança do então cardeal Joseph Ratzinger.

Boff utilizou em sua obra diversos aspectos do passado, sobretudo da antiguidade cristã para subsidiar suas ideias da teologia da libertação e falar para a sua audiência com o intuito de alcançar, formar e até mesmo mobilizar as CEB's (Comunidades Eclesiais de Base). Uma das sessões do livro carrega o título: “Os grandes modelos herdados do passado”, outra, “Que autoridade possui o catolicismo primitivo sobre o posterior?”, ainda traz uma sessão que afirma “O catolicismo romano deve ser mais tradicional e menos tradicionalista”. Em resumo, várias são as menções na obra ao passado e à tradição. Logo na introdução depara-se com a seguinte afirmação: “O subtítulo *Ensaio de eclesiologia militante* define a linha desta coletânea de estudos e perspectivas sobre a realidade histórica e teológica do carisma e do poder na Igreja” (BOFF, 2005, p. 21). Ou seja, é uma obra de cunho histórico e escrita por um importante intelectual que articula suas ideias para e por um público.

Segundo Santhiago (2019, p. 138) “‘Público’ seria, então [...] o conjunto de todos os indivíduos e instituições que pudessem servir-se do trabalho do historiador”. Neste aspecto, Leonardo Boff pode ser entendido como um praticante de história pública que articulou suas ideias para indivíduos não apenas dentro da academia, mas, sobretudo, fora dela e como um intelectual já que “Os intelectuais constituem um grupo social no qual ‘todos tem em essência, a pena sempre alerta’, para, quando acharem conveniente e necessário, elaborarem interpretações sobre a realidade [...]” (COSTA, 2016, p. 300). Embora não seja historiador, é notável a influência de Boff no espaço público vinculando suas ideias para o povo das CEB's e valendo-se de importantes usos do passado e da história do cristianismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou destacar um breve panorama sobre o campo da história pública, suas origens, as diferentes formas de abordagem e suas múltiplas possibilidades como uma forma de produção e divulgação do conhecimento histórico não apenas para a academia, mas, também, para amplas audiências. Como apresentado ao longo do trabalho não é possível, ao menos ainda, e nem se pretende por este trabalho, delimitar o que é a história pública, mas sim compreender a existência de diversas formas de se fazer HP levando em consideração as mais diversas especificidades regionais, sociais e etc., ela é muito mais uma forma de se fazer e, como abordado, existem várias formas, vários engajamentos e relações.

No que diz respeito aos praticantes de história pública que não são formados na área, cabe também os entender como historiadores que ao valerem-se dos usos do passado para construir suas narrativas para e por um público, também podem ser entendidos dentro do campo da história pública, ao passo que se articulam com este campo do conhecimento e se faz possível uma interdisciplinaridade e um diálogo e reflexão com as mais diversas áreas do saber.

Ainda neste contexto, Leonardo Boff, entendido como um intelectual público que em sua obra utiliza de propriedades do passado cristão para articular suas ideias com o público, em especial da CEB's realiza uma divulgação de conteúdos historiográficos para um público não acadêmico. Considera-lo um historiador público ou um fazedor de história ainda demandará estudos mais aprofundados e mais analíticos sobre a obra em questão, porém, é inegável que o mesmo se vale da história e dos usos do passado para dar base à sua obra, voltada não somente para fomentar as discussões eclesiais, mas também para o público.

Embora sendo um movimento ainda jovem no Brasil e com um processo recente de institucionalização, a História Pública oferece uma riqueza de possibilidade para a abordagem histórica e talvez, seja justamente a sua abrangência de abordagens que a torne um campo tão fascinante e, também, tão complexo.

REFERÊNCIAS

ASHTON, Paul; KEAN, Hilda. Introduction. People and their pasts. Introdução [Pessoas e seus passados] In: ASHTON, Paul & HAMILTON, Paula. **People and their pasts**. Public History Today [Pessoas e seus passados. História Pública hoje]. Austrália: Palgrave Macmillan, 320 p. p.1-16.

BOFF, Leonardo. **Igreja**: Carisma e poder. Rio de Janeiro, Editora Record, 2005.

COSTA, Adriane Vidal. Intelectuais Públicos na América Latina. In: **História Pública no Brasil**, sentidos e itinerários. São Paulo, Letra e Voz, p. 299-312. 2016.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? Os públicos e seus passados. In: **Introdução a História Pública**. São Paulo, Letra e Voz, p. 31 -52. 2011.

NICOLAZZI, Fernando. Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n.18, p.18-34, jan. jun 2018.

ROSENZWEIG, Roy: Afterthoughts. Everyone a Historian [Posfácio. Cada um, um historiador]. In: **The Presence of the past. Popular Uses of History in American Life**. [A presença do passado. Usos populares de História na vida americana] Disponível em: <http://chnm.gmu.edu/survey/afterroy.html>. Acesso em: 05 mai. 2022.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas Palavras, Muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: **História Pública no Brasil**, sentidos e itinerários. São Paulo, Letra e Voz, p. 23-35. 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. Servir bem para servir sempre. Técnica, mercado e o ensino de História Pública. **Revista História Hoje**, v. 8, nº 15, p. 135-157 – 2019.